



Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO Nº 401/2024 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED

Prefeitura Municipal de Taquari
Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2024
Tipo de julgamento: menor valor

Edital de pregão para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de transporte coletivo para a realização do transporte escolar dos alunos da rede pública no Município de Taquari/RS.

O MUNICÍPIO DE TAQUARI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.067.780/0001-38, sediado na Rua Osvaldo Aranha, nº 1790 representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, torna público, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09horas, do dia 27 de junho do ano de 2024**, a Administração Pública estará realizando licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor valor, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de transporte coletivo, para a realização do transporte escolar dos alunos da rede pública no município de Taquari/RS, a ser realizado em **sessão pública, conduzido pelo Agente de Contratação, que no presente processo será designado de Pregoeiro, e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 526/2023**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária da Lei Complementar 123/2006, e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas:

1. DO LOCAL, DATA, HORA E MODELO DE DISPUTA:

1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **27/06/2024, com início às 09horas**, horário de Brasília – DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site, descrito no item 2.1, até às 08h30min do mesmo dia.

1.3. Modelo de Disputa “ABERTO”.

1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de transporte coletivo, para a realização do transporte escolar dos alunos da rede pública no município de Taquari/RS, nos termos e condições definidos no presente edital e em seu Anexo I – Termo de Referência.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2.2. Das Linhas e Itinerários: As linhas e itinerários da contratação pretendida serão conforme segue:

2.2.1. LINHA 01: Emílio Schenk / Osvaldo Brandão:

LINHA 01 - EMÍLIO SCHENK / OSVALDO BRANDÃO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 136,8 Km (93,6 km pavimentados e 43,2 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 27.360 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã, Tarde e Noite

Valor do quilômetro rodado: R\$ 7,16

Valor diário: $136,8 \times 7,16 = \text{R\$ } 979,49$

Itinerário:

Manhã - Saída às 6h → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário, Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, RS 287, Polícia Rodoviária, Agropecuária Amoras, Lomba do Capão, sentido Morro da Cabrita, Carapuça, estrada que vai para a Saibreira, RS 287, Balneário Nativo, retorna na RS 287, sentido fábrica de vaso, pavilhão Amoras, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, retorna a Pequeno Aprendiz e retorna a garagem.

Tarde e Noite – início às 17h → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, retorna Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, sentido ao pedágio, retorna Policia Rodoviária, Ferro Velho, fabrica de vaso, estrada que vai para a Saibreira, Balneário Nativo, Trevo, Aleixo Rocha, Escola Emílio Schenk, Barão de Antonina, Barão de Ibicuí, e Escola Pereira Coruja, retorna a garagem.

Noite - Saída às 22h → Ônibus

Saída garagem, Pereira Coruja, Ibicuí, Antonina, Emílio Schenk, Aleixo Rocha, Trevo, Balneário Nativo, Fábrica de Vaso, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira, Agro Oliveira, retorna a sentido RS 287, sentido a Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Retorna no pedágio, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Fazenda Pereira, Cemitério dos Barreiros, Retorna a garagem.

2.2.2. LINHA 02: Costa do Capivara:

LINHA 02 - COSTA DO CAPIVARA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 59 (10 km pavimentados e 49 Km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 11.800 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã

Valor do quilômetro rodado: R\$ 14,36

Valor diário: $59 \times 14,36 = \text{R\$ } 847,24$





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Itinerário:

Manhã – Saída às 8:30 → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, RS 287, antigo colégio Trajano de Moraes, Cantão, Agro Oliveira, Arroio Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro velho, Pequeno Aprendiz, retorna a garagem.

Saída garagem, Costa do Capivara, atravessa a RS 287, antigo colégio Trajano de Moraes, Cantão, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Retornando a garagem.

2.2.3. LINHA 03: Amoras / Júlio de Castilhos:

LINHA 03 - AMORAS / JULIO DE CASTILHOS

Carro: Micro-ônibus

Total de km diário: 300 (06 km pavimentados e 294 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 60.000 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã, Meio dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 4,20

Valor diário: 300 x 4,20 = R\$ 1.260,00

Itinerário:

Manhã - Saída às 5h30min → Micro-ônibus

Saída da garagem da Empresa, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Pedro Pereira Machado, Apiário, RS287, Pavilhão São João Batista, Retorno, Fábrica de Vasos, Balneário Nativo, Trevo Taquari, Divisa Taquari com Tabai, Retorno sentido Trevo-Balneário Nativo, entra Carapuça, Povoado de Júlio de Castilhos, Granja São Francisco, Retorno, Capela Santa Rita, Escola Julio de Castilhos, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Tambo de Leite, Saibreira, EMEI Pequeno Aprendiz, Granja Bonanza, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Fazenda Pereira, Retorno, Costa do Capivara, RS287, Policia Rodoviária, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno Escola Estadual Barão de Antonina, EMEF Emílio Schenk, APAE, EMEF Osvaldo Pereira Brandão, Escola Estadual Barão de Ibicuí, Escola Pereira Coruja, Garagem.

Meio-dia - Saída às 11:30 min → Micro-ônibus

Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Barão de Ibicuí, EMEF Osvaldo Pereira Brandão, APAE, EMEF Emílio Schenk, Escola Estadual Barão de Antonina, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Policia Rodoviária, RS287, Costa do Capivara, Fazenda Pereira, Retorno, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, Granja Bonanza, EMEI Pequeno Aprendiz, Saibreira, Tambo de Leite, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Escola Julio de Castilhos, Capela Santa Rita, Granja São Francisco, Retorno, Povoado de Júlio de Castilhos, entra Carapuça sentido Trevo-Balneário Nativo, Divisa Taquari com Tabai, Retorno, Trevo Taquari, Balneário Nativo, Fábrica de Vasos, Retorno, Pavilhão São João Batista, Apiário-RS287, EMEF Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Garagem da Empresa.

Tarde - Saída às 17:30 min → Micro-ônibus



Centro Administrativo Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº

1790 Bairro Centro - Taquari - RS - CEP: 95.860-000

CNPJ: 88.067.780/0001-38 - Fone (51) 3653-6200

E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Barão de Ibicuí, EMEF Osvaldo Pereira Brandão APAE, EMEF Emílio Schenk, Escola Estadual Barão de Antonina, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Policia Rodoviária, RS287, Costa do Capivara, Fazenda Pereira, Retorno, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, Granja Bonanza, EMEI Pequeno Aprendiz, Saibreira, Tambo de Leite, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Escola Julio de Castilhos, Capela Santa Rita, Granja São Francisco, Retorno, Povoado de Júlio de Castilhos, entra Carapuça, sentido Trevo-Balneário Nativo, Divisa Taquari com Tabaí, Retorno, Trevo Taquari, Balneário Nativo, Fábrica de Vasos, Retorno, Pavilhão São João Batista, Apiário, RS287, EMEF Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Garagem da Empresa.

2.2.4. LINHA 04: Pedro Pereira Machado:

LINHA 04 - PEDRO PEREIRA MACHADO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 183 (42,4 km pavimentados e 140,6 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 36.600 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 5,79

Valor diário: $183 \times 5,79 = \text{R\$ } 1.059,57$

Itinerário:

Manhã – Saída às 11h → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Rincão São José, Arroio do Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, EMEI Pequeno Aprendiz, Cerro dos Kern, Divisa Bom Retiro/Taquari, Escola Olmiro Gomes de Moraes, Ponte do Capivara, Depósito de Pedras (Dilinho), Retorna, RS 287, Polícia Rodoviária, Escola Pedro Pereira Machado, Retorno EMEI Pequeno Aprendiz, Júlio de Castilhos (Referência Saibreira), Retorna, Barcelos (saída Borracharia Vanderlei), Faixa, Antigo Salão da Terezinha, RS 287, Escola Pedro Pereira Machado.

Tarde – Saída às 16h30min → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Escola Dom Pedro I, entra Barcelos (vai até o Bar Garcia), Balneário Nativo, Trevo, Volta para a Escola Pedro Pereira Machado.

Saída às 17h30min → Ônibus

Sai da Escola Pedro Pereira Machado, RS 287 (até Trevo), volta entrada Barcelos (referência Borracharia Vanderlei), Júlio de Castilhos (referência Saibreira), Retorna, EMEI Pequeno Aprendiz, BR 287, Engenho Queimado, Beira do Rio, Retorna, BR 287, Escola Trajano Ribeiro de Moraes, Fumeiros, Taquareiras (referencia Cantão dos Catarina), Arroio do Potreiro.

2.2.5. LINHA 05: Júlio de Castilhos:

LINHA 05 - JÚLIO DE CASTILHOS

Carro: Van

Total de km diário: 224 (27,40 km pavimentados e 196,6 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 44.800 Km





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Itinerário pedagiado

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 3,11

Valor diário: $224 \times 3.11 = \text{R\$ } 696,64$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Van

Sai da garagem da empresa, passa por: Aleixo Rocha, Carapuça, Barcelos, Escola Júlio de Castilho, BR 386 (referência Pedágio), Retorna BR 386, Escola Júlio de Castilho, Fazenda dos Porto (referência João Garcia), Capão da Cruz, Escola Júlio de Castilho.

Meio-dia – Saída às 12h → Van

Sai da Escola Júlio de Castilho, passa por: Entrada Fazenda dos Porto, Capão da Cruz, Amoras, Balneário Nativo, Barcelos (referência Borracharia do Vanderlei), Júlio de Castilhos (referência Cemitério), Escola Júlio de Castilhos, BR 386 (referência Posto do Rosinha), Retorna, BR 386 (referência Pedágio), Escola Júlio de Castilhos, Bom Jardim, Retorna BR 386 (Pedágio), Passo do Juncal, Trevo de Paverama, Retorna, Escola Júlio de Castilhos.

Tarde – Saída às 17h → Van

Sai da Escola Júlio de Castilho, povoado, Fazenda dos Porto (referência João Garcia), volta para a Escola Júlio de Castilhos, Bom Jardim, BR 386, Rosinha, Pegágio, Trevo de Paverama, Retorna para a Escola Júlio de Castilhos.

2.2.6. LINHA 06: IAPD / Colônia Vinte:

LINHA 06 - IAPD - COLÔNIA VINTE

Carro: Ônibus

Total de km diário: 32,0 (9 km pavimentados e 23 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 6.400 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 24,25

Valor diário: $32 \times 24,25 = \text{R\$ } 776,00$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Ônibus

Sai da garagem às 06h e passa às 7:10h em frente a Água na Boca, passando por: Av. Lautert Filho, Tinguité (referência Fábrica de Sorvete), Rua 20 de Setembro (referência Açougue Bom Corte), Rua Otto Hauck, Rua Orfelino Bizarro Martins, Reciclagem Boldan, Pinheiros, Arroio das Pedras, IAPD, as 7:45h.

Tarde - Saída às 16h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Arroio das Pedras, Pinheiros, Reciclagem Boldan, Rua Orfelino Bizarro Martins, Rua Otto Hauck, Rua 20 de Setembro (referência Açougue Bom Corte), Av. Lautert Filho, Tinguité (referência Fábrica de Sorvete), Av. Lautert Filho, Frente a Padaria Água na Boca, Garagem- as 18h





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2.2.7. LINHA 07: IAPD / Bairro Praia:

LINHA 07 - IAPD – BAIRRO PRAIA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 44,40 (20,6 km pavimentados e 23,8 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 8.880 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 17,95

Valor diário: 44,40 x 17,95 = R\$ 796,98

Itinerário:

Manhã - Saída às 6h → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Bairro Praia (referencia Rua Antônio Porfírio da Costa), Bairro Caieira, Bairro Passo da Aldeia (referencia Rua Acacília Capelão Peres), Bairro Coqueiros (referencia Av. Açorianos), Farrapos, Casas Populares, IAPD.

Tarde - Saída às 17h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Casas Populares, Farrapos, Bairro Coqueiros (referência Avenida Açorianos), Bairro Passo da Aldeia (referencia Rua Acacília Capelão Peres), Bairro Caieira, Bairro Praia.

2.2.8. LINHA 08: IAPD / Rincão:

LINHA 08 - IAPD – RINCÃO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 35,7 (13 km pavimentados e 25,70 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 7.140 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 21,91

Valor diário: 35,7 x 21,91 = R\$ 782,19

Itinerário:

Manhã – Saída às 07h → Ônibus

Sai da garagem da empresa, às 7:10h passa por: Campos Romeiro, Cemitério dos Almeidas, Caixa d água, Igreja Nossa Senhora das Graças, Rincão, Mercado Frizzo, Motel 2001, Rua Otho Hauck, Ibrasa, Pinheiros (referência Lixão), Vinuca , IAPD.

Tarde - Saída às 17h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Vinuca, Bairro Pinheiros (referência Lixão), Ibrasa, Rua Otho Hauck, Motel 2001, Mercado Frizzo, Rincão, Igreja Nossa Senhora das Graças, Caixa d água, Cemitério dos Almeidas, Campo Romeiro, Garagem Empresa- 18h30min.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2.2.9. LINHA 9: IAPD / Campo do Estado / Passo do Santa Cruz:

LINHA 9 - IAPD – CAMPO DO ESTADO / PASSO DO SANTA CRUZ

Carro: Ônibus

Total de km diário: 40,0Km (9 km pavimentados e 31 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 8.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Noite (retorno de alunos para residência)

Valor do quilômetro rodado: R\$ 19,74

Valor diário: 40 x 19,74 = R\$ 789,60

Itinerário:

Noite - Saída às 22h50min → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Escola Pereira Coruja, Escola Barão do Ibicuí, Escola Ana Job, Escola Emílio Schenk, Avenida Farrapos, Arrozeiros, Esquina do Zequinha, Passo do Santa Cruz, Volta Arrozeiros, Porto Grande, Aviário, Fazenda Lengler, Asilo Pella Bethânia, Avenida Farrapos, Campo do Estado, Arroio das Pedras, Final da Linha Garagem.

2.2.10. LINHA 10: Aleixo Rocha:

LINHA 10 - ALEIXO ROCHA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 165 (156 km pavimentados e 9 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 33.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 6,08

Valor diário: 165 x 6,08 = R\$ 1.003,20

Itinerário:

Manhã – Saída às 6:20h → Ônibus

Aleixo Rocha, Figueira Aleixo, Schneider, antes CT Pinheiros, Loteamento Bastos sentido Rincão, Cemitério dos Almeidas, Caixa D'água, Rincão, Mercado Miro, Motel 2001, Escola Darcy Ribeiro, Escola Emílio, Casa da Criança, Barbieri, Escola Osvaldo, Escola Barão de Ibicuí, Centro, Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Nardy, Lar São José.

Meio-dia – Saída às 11:50h → Ônibus

Escola Pereira Coruja, Lar São José, Nardy, Ibicuí, Osvaldo, Barbieri, Mercado São Francisco, Emílio, Mercado Frizzo, Mercado Miro, Caixa D'água, Cemitério dos Almeidas, Loteamento dos Bastos, Aleixo Rocha, Carapuça, Emílio, Osvaldo, Pereira Coruja, Lar, Escola Nardy.

Tarde – Saída às 17:00h → Ônibus

Pereira, Lar, Nardy, Ibicuí, Osvaldo, Barbieri, Casa da Criança, Mercado São Francisco, Escola Emílio Schenk, Escola Darcy Ribeiro, Mercado Frizzo, Mercado Miro, Caixa D'água, Cemitério dos Almeidas, Loteamento dos Bastos, Aleixo Rocha, Loteamento São José, São Francisco, Real do Marcio, Léo, Posto de Saúde, Emílio, Ibicuí, Pereira Coruja 19:00.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2.2.11. LINHA 11: Pereira Coruja / Ibicuí / Emílio Schenk / Antonina:

LINHA 11 - PEREIRA CORUJA / IBICUÍ / EMILIO SCHENK / ANTONINA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 35 km (25Km pavimentados e 10Km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 7.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Noite (Retorno das escolas para casa)

Valor do quilômetro rodado: R\$ 22,49

Valor diário: 35 x 22,49 = R\$ 787,15

Itinerário:

Noite - Saída às 22h → Ônibus

Saída da Garagem, Emilio Schenk, Antonina, Tinguité, Pereira Coruja, Osvaldo Aranha, Ibicuí, Mercado Via 2, Campo Romeiro, Elétrica do Zezinho, Boa Vista, Cemitério dos Almeidas, Rincão Caixa D'água, Menezes Costa, Rincão de Dentro, Santuário, Tk 21, Timóteo Junqueira, Campo do Juventude, Lancheria Sabor Caseiro e retorna para garagem.

2.2.12. LINHA 12: Fazenda Pereira / Pereira Coruja:

LINHA 12 - FAZENDA PEREIRA / PEREIRA CORUJA

Carro: Micro-ônibus

Total de km diário: 130 (43Km pavimentados 87Km não pavimentado)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 26.000 Km

Itinerário pedagiado

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$ 7,45

Valor diário: 130 x 7,45 = R\$ 968,50

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Micro-ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Abelheiro, Fábrica de vaso, RS 287, Agopecuária Amoras, Pequeno Aprendiz, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Cerro dos Kern, Desvio do Pedágio, Fazenda Pereira, retorna RS 287, Pedágio entra à direita sentido à Agro Oliveira, retornando a RS 287, sentido à Polícia Rodoviária, Ferro Velho, retornando sentido Polícia Rodoviária, Pedágio, Fazenda Pereira, Escola Álvaro Haubert, Retorna Garagem.

Meio-dia – Saída às 12h → Micro-ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, RS 287, rota da Polícia Rodoviária, antiga Fábrica de Lençol, retorna Polícia Rodoviária, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão, Escola Pereira Coruja, Retorno Garagem.

Tarde – Saída às 17h → Micro-ônibus

Saída da garagem, destino à Escola Álvaro Haubert, retorno À RS 287, Pedágio, Polícia Rodoviária, Ferro Velho, Fábrica de Vaso, Balneário Nativo, Retorna.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



2.3. Das orientações gerais: A execução do objeto seguirá o disposto neste instrumento e em seu Anexo I – Termo de Referência, observado o seguinte:

2.3.1. O serviço de transporte escolar ora licitado destina-se a atender aos alunos matriculados nas Escolas Públicas Estaduais e Municipais do Município de Taquari, RS.

2.3.2. A execução do transporte escolar dar-se-á de acordo com calendário escolar, sendo que não excederá à 200 dias letivos por ano.

2.3.3. As linhas 01 a 08 e as linhas 10 e 12 necessitarão de monitor para acompanhamento dos estudantes durante todo o itinerário, sendo que os profissionais necessários serão disponibilizados pelo Município, não representando ônus às empresas contratadas.

2.3.4. As linhas e itinerários ora licitados são flexíveis, podendo a SMED fazer todas as alterações necessárias, a fim de atender, satisfatoriamente, os alunos da rede pública municipal e estadual, em razão de eventuais transferências e/ou novas matrículas que podem ocorrer durante o ano letivo;

2.3.5. A contratada deverá manter um veículo reserva com as mesmas características para substituição em eventuais falhas mecânicas.

2.3.6. É vedado o transporte de passageiros que não sejam estudantes, salvo de acompanhantes para assistência aos alunos quando comprovada sua necessidade e expressamente autorizado pela Administração, ou de monitores ou auxiliares para a execução dos serviços.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. O Credenciamento deverá ser feito mediante cadastro do interessado no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.4.1. Responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4.2. Conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



3.4.2.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.3. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

3.4.4. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.4.5. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

3.4.6. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

4.2. As empresas enquadradas como beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos limites previstos na referida Lei, terão tratamento favorecido, visando ao exercício da preferência previsto nos artigos 42 a 45 da mesma.

4.3. Vedações:

4.3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.1.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.1.3. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º, §1º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.1.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.1.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.1.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.1.7. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.3.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art.48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 e, de observância à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte;

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do Edital, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

4.4.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.4.8. Que a proposta foi elaborada de forma independente e compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento;

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

5.2.1. Os Licitantes poderão, concomitantemente com a proposta, encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital. Caso não sejam encaminhados neste momento, o(s) licitante (s)





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



vencedor(s) deverá(ão) fazê-lo no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro, no momento oportuno, por meio do sistema.

5.2.2. O prazo referido no item supra será de no mínimo 02 (duas) horas.

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.**

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário por Km rodado**, com estrita observância às condições e especificações constantes no presente edital, em seu anexo I – Termo de Referência, bem como as especificações constantes no Anexo II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista para cada item deste Edital.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, Anexo I do presente edital, conforme art.59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 1%**.

7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11. MODO DE DISPUTA: Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez (10) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois (2) minutos do período de duração da sessão pública.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (2) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.11.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro (24) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Critério de Desempate:

7.17.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, sendo assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as beneficiárias que assim tiverem se declarado.

7.17.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.1.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



7.17.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.1.5. O disposto no item **7.17.1** não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

7.17.2. Se não houver licitante que atenda ao item **7.17.1** e seus subitens e, havendo eventual empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), serão observados os critérios do art. 60, da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

7.17.2.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.2.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual poderão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

7.17.2.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.2.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.17.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.17.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

7.17.3.2. Empresas brasileiras;

7.17.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.17.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.18. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

7.18.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.18.3. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **acompanhada, se for o caso, dos documentos de habilitação solicitados no edital, quando não apresentados concomitantemente com a proposta inicial.**

7.18.3.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, devendo o licitante solicitar a prorrogação via chat, de forma motivada, antes do término do prazo. Ainda, pode o





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Pregoeiro, de ofício, prorrogar o prazo estabelecido, quando constatar que o mesmo não é suficiente para o envio da documentação.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, conforme disposto no item “7.18.3” e deverá:

8.1.1. *Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

8.1.2. *Conter a razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail e, ainda, a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

8.1.3. *Conter o valor final para prestação dos serviços, discriminando os valores unitários e totais, **por quilômetro rodado**, em moeda nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais, em conformidade com as especificações do Anexo II - Formulário de Proposta Comercial deste Edital.*

8.1.4. *Anexa a proposta, deverá ser apresentada a(s) planilha(s) detalhada(s), com a discriminação de todos os custos componentes do valor final ofertado, conforme Planilhas de Composição de Custos, Anexo III do edital;*

8.2. A proposta financeira deve abranger todos os custos necessários ao correto fornecimento dos produtos.

8.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1. A pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentar desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser definido pelo Pregoeiro;

9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro (24) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.7. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estabelecido pela mesma, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8.1. Neste caso, a Pregoeira também poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes

9.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br);





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



10.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

10.1.3. Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCE (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>)

10.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1. Caso conste na Consula de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, quando houver.

10.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido em diligência, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita, além do certificado de autenticidade digital, perante agente da administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.9. Habilitação Jurídica:

10.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

10.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município ou estado sede do licitante, relativo a atividade por este exercida;

10.10.3. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

10.10.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio sede do licitante;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



10.10.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei.

10.10.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 01/05/1943;

10.11. Qualificação Econômico-Financeira:

10.11.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da aprezada para o recebimento das propostas.

10.12. Qualificação Técnica:

10.12.1. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de que tem pleno conhecimento dos itinerários que integram a(s) linha(s) por ele ofertada(s), bem como das condições em que se encontram as respectivas ruas/estradas/rodovias.

10.12.1.1. Atestado de vistoria: a critério da licitante, poderá ser realizada vistoria aos locais de execução dos serviços, a ser feita pelo representante legal da empresa, acompanhado por servidor da Secretaria Municipal de Educação designado para este fim, o qual atestará a vistoria.

10.12.1.2. A referida vistoria deverá ser realizada **até o dia útil anterior** a data da abertura da licitação, mediante agendamento, ou seja, **até 26/06/2024**. Fone para marcar a visita: (51) 3653.6200, Ramal 6360/6352.

10.12.1.3. Para realização da vistoria o representante legal da empresa deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade e documento de designação expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para realização da vistoria.

10.13. A Licitante, **beneficiária da Lei Complementar 123/2006**, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em (05) cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

10.14. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

10.15. O prazo de que trata o item **10.13**, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado e de forma motivada.

10.16. A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

10.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



10.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

11.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, será concedido o prazo de no mínimo trinta (30) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três (03) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três (03) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Interposto o recurso, a pregoeira poderá motivadamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses,





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO:

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

13.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

13.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

13.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

16.1. Do Prazo de Execução:

16.1.1. O prazo para início da prestação dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



da assinatura do contrato, que deverá ser executado conforme calendário escolar anual, não ultrapassando 200 dias letivos em cada ano escolar.

16.2. Da Vigência:

16.2.1. O contrato originário do presente certame vigorará pelo período de até 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser renovado, conforme o disposto no art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

17. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

17.1. A prestação de Serviço deverá obedecer ao seguinte:

17.1.1. Em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, as empresas contratadas deverão apresentar ao fiscal anuente do contrato, os documentos e comprovações abaixo relacionadas.

17.1.1.1. Quanto aos veículos:

a) Certificado de propriedade do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) nos serviços ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório, com a capacidade mínima exigida para a linha contratada;

b) Comprovante de contratação do seguro obrigatório;

c) Demonstrar que somente operará com veículos que tenham condições de circulação e atendam às normas vigentes, no tocante a condução coletiva de escolares;

d) Autorização para cada veículo circular como condução coletiva de escolares, emitida pelo órgão ou entidades executivas de trânsito competentes; (art.136 do CTB)

e) Os veículos não poderão ter mais do que 17 (dezesete) anos, contado do ano de fabricação, sendo que:

e.1) Para o transporte de linhas que necessitam de ônibus, os mesmos não poderão ter menos do que 45 (quarenta e cinco) lugares.

e.2) E, para os itinerários que serão feitos por micro-ônibus, os mesmos não poderão ter menos de 25 (vinte e cinco) lugares.

e.3) Deverá ser respeitada a quantidade de crianças e alunos equivalentes ao número de assentos disponíveis em cada veículo.

e.4) Os veículos deverão ter em local visível a inscrição da lotação permitida, não podendo ultrapassar a capacidade estabelecida pelo fabricante;

f) Os veículos deverão dispor de todos os equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), em conformidade com a legislação de trânsito vigente.

17.1.1.2. Quanto aos condutores:

a) Indicação do(s) motorista(s) que executarão os serviços, acompanhado da comprovação de vínculo empregatício, através de apresentação da Carteira de Trabalho, devidamente assinada pela empresa, ou no caso de proprietário ou sócio da empresa, o contrato social.

b) Cópia da carteira (CNH) do(s) motorista(s), que:

b.1) deverá ter idade superior a vinte e um anos;

b.2) ser habilitado na categoria “D”,

b.3) apresentar-se devidamente uniformizado para a jornada de trabalho;

c) Apresentar certificado de conclusão de curso especializado de condução de transporte





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco (Art. 138, V e Art. 145, IV do CTB e Resoluções do CONTRAN nº 55 e 57/98);

d) Apresentar documento expedido pelo DETRAN que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

e) Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (Art. 329 do CTB);

f) Apresentar Atestado da Avaliação Psicológica do motorista, emitido por profissional competente, com aprovação para transporte escolar.

17.1.2. Sempre que houver substituição de motoristas e/ou veículos, os substitutos deverão obedecer aos mesmos critérios exigidos no Edital, devendo a empresa contratada comunicar formalmente o Contratante, apresentando juntamente a documentação exigida.

17.1.3. A administração poderá requerer a substituição dos motoristas caso os mesmos recebam três advertências, emitidas pelos fiscais do contrato, em virtude de denúncias e/ou reclamações, devidamente apuradas e comprovadas pela Administração, ou posturas não condizentes com a execução dos serviços contratados, bem como a imediata substituição em casos graves.

17.1.4. A empresa vencedora obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nos serviços ora licitados, a legislação social pertinente, especialmente as obrigações da legislação trabalhista e previdenciária, **nenhum vínculo ou responsabilidade existindo em relação ao Município.**

17.1.5. O não atendimento do estabelecido no item “17.1.1.1.” e “17.1.1.2”, será considerado descumprimento das cláusulas contratuais e poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, ficando a empresa sujeita as penalidades cabíveis.

17.1.6. Todos os documentos solicitados no presente edital deverão se manter atualizados.

17.2. Além das exigências elencadas no item “17.1.” e seus subitens, a empresa contratada deverá observar, no que couber, o disposto na Lei Municipal nº 4.624/2022, alterada pela Lei Municipal nº 4.715/2023, que dispõe sobre o serviço remunerado de condução coletiva de escolares.

18. DA GARANTIA:

19.1. Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

19.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

19.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

19.1.2. Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários para a prestação dos





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



serviços, objeto do presente certame;

19.1.3. Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do objeto contratado;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, por meio do fiscal anuente designado, notificando a Contratada por escrito, sempre que se verificar imperfeições, falhas e/ou irregularidades na execução do objeto, determinando prazo para regularização;

19.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

19.2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações do presente instrumento e seus anexos, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, com a alocação dos serviços necessários ao perfeito cumprimento das Cláusulas Contratuais;

19.2.2. Observar durante a execução dos serviços ora licitados todas as normativas e legislações que regem os serviços de condução coletiva de escolares, em especial o CTB e a Lei Municipal nº 4.624/2022, alterada pela Lei Municipal nº 4.715/2023;

19.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 1990), ficando a Contratada autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondentes aos danos sofridos,

19.2.4. Reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas quando da execução do objeto;

19.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação para terceiros;

19.2.6. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos serviços e do fiscal-anuente do contrato, referente ao objeto do presente edital;

19.2.7. Comunicar, imediatamente e por escrito, à Secretaria de Educação, através do fiscal-anuente do contrato, qualquer anormalidade, inclusive de ordem funcional, para providenciar as regularizações necessárias;

19.2.8. Apresentar os veículos sempre em bom estado de conservação, limpos, higienizados e com adequados equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

19.2.9. Providenciar, no prazo máximo de 40(quarenta) minutos, o imediato reparo ou substituição do(s) veículo(s), em caso de ocorrências de acidentes, avarias, falhas nos percursos, retenção do veículo por autoridade competente ou qualquer outra condição que prejudique a conclusão da linha. Optando pela substituição do veículo, deverá ser disponibilizado outro com características idênticas ou superiores ao original, observados os requisitos de conforto e segurança.

19.2.10. Comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 24h, quando houver troca de motorista/substituição de veículo de uma das linhas, apresentando a documentação exigida no item “17.1.1”.

19.2.11. Prestar os serviços, com pessoal próprio, utilizando profissionais especializados e





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



em número suficiente para o fiel cumprimento do contrato;

19.2.12. Apresentar os empregados devidamente uniformizados, com cracha de identificação, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

19.2.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, uniformes, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, isentando integralmente o Município.

19.2.14. Responsabilizar-se, pela segurança, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos mesmos ao Contratante ou a terceiros na execução do contrato;

19.2.15. Responsabilizar-se e zelar pelos estudantes em todos os itinerários objeto da presente contratação;

19.2.16. Conduzir os alunos somente nos trajetos contratados, salvo por autorização por escrito da Contratante, cumprindo rigorosamente os horários estabelecidos;

19.2.17. Tratar com cortesia os alunos, os agentes de fiscalização do Contratante, bem como todos os envolvidos na execução dos serviços;

19.2.18. Assumir as responsabilidades inerentes às atividades de transporte de passageiros, inclusive arcando com as despesas decorrentes de eventuais acidentes, danos pessoais, multas e outras que venham a ocorrer relacionadas à execução do objeto do contrato;

19.2.19. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes ou de ocorrências graves, e se necessário, acionar a polícia militar, civil ou federal e corpo de bombeiros, bem como comunicar a Administração o destino ou origem dos estudantes.

19.2.20. Observar o cumprimento da Lei nº 8.723/1993 e suas alterações, bem como de Resoluções do CONAMA, no que se refere à emissão de ruídos e poluentes por veículos automotores.

19.2.21. Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

19.2.22. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento do disposto no item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

19.2.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art.48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



19.2.24. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para habilitação;

19.2.25. A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante.

20. DO PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

20.1. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação e liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município, sendo que o **valor máximo por quilômetro rodado** deverá ser de:

20.1.1. Linha 01 – Ônibus – Emílio Schenk – Osvaldo Brandão: **R\$ 7,16 (sete reais e dezesseis centavos)**, perfazendo o total de R\$ 979,49 (novecentos e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos) por dia;

20.1.2. Linha 02 – Ônibus – Costa do Capivara: **R\$ 14,36 (quatorze reais e trinta e seis centavos)**, perfazendo o total de R\$ 847,24 (oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) por dia;

20.1.3. Linha 03 – Micro-ônibus – Amoras – Júlio de Castilhos: **R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos)**, perfazendo o total de R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais) por dia;

20.1.4. Linha 04 – Ônibus – Pedro Pereira Machado: **R\$ 5,79 (cinco reais e setenta e nove centavos)**, perfazendo o total de R\$ 1.059,57 (um mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) por dia;

20.1.5. Linha 05 – Van – Júlio de Castilhos: **R\$ 3,11 (três reais e onze centavos)**, perfazendo o total de R\$ 696,64 (seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos) por dia;

20.1.6. Linha 06 - Ônibus – IAPD - Colônia Vinte: **R\$ 24,25 (vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, perfazendo o total de R\$ 776,00 (setecentos e setenta e seis reais) por dia;

20.1.7. Linha 07 - Ônibus – IAPD – Bairro Praia: **R\$ 17,95 (dezessete reais e noventa e cinco centavos)**, perfazendo o total de R\$ 796,98 (setecentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos) por dia;

20.1.8. Linha 08 - Ônibus – IAPD – Rincão: **R\$ 21,91 (vinte e um reais e noventa e um centavos)**, perfazendo o total de R\$ 782,19 (setecentos e oitenta e dois reais e dezenove centavos) por dia;

20.1.9. Linha 09 - Ônibus – IAPD – Campo do Estado/Passo do Santa Cruz: **R\$ 19,74 (dezenove reais e setenta e quatro centavos)**, perfazendo o total de R\$ 789,60 (setecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) por dia;

20.1.10. Linha 10 - Ônibus – Aleixo Rocha: **R\$ 6,08 (seis reais e oito centavos)**, perfazendo o total de R\$ 1.003,20 (um mil, três reais e vinte centavos) por dia;

20.1.11. Linha 11 - Ônibus – Pereira Coruja – Ibicuí – Emílio Schenck - Antonina: **R\$ 22,49 (vinte e dois reais e quarenta e nove centavos)**, perfazendo o total de R\$ 787,15 (setecentos e oitenta e sete reais e quinze centavos) por dia;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



20.1.12. Linha 12 - Micro-ônibus – Fazenda Pereira - Pereira Coruja: R\$ 7,45 (sete reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo o total de R\$ 968,50 (novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) por dia.

20.2. Para liberação do pagamento as empresas contratadas deverão apresentar, **mensalmente**, ao Fiscal Anuente do contrato os documentos a seguir especificados:

20.2.1. A nota fiscal dos serviços, visada pelo fiscal anuente do contrato, acompanhada de relatório de viagem, contendo os dias e controle de frequência dos alunos transportados

20.2.2. Comprovação de recolhimento do FGTS e RE (relação de empregados), guia de recolhimento da Previdência Social e cópia da Folha de pagamento.

20.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

20.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores poderão ser corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a Contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

20.5. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

20.6. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

20.7. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

20.7.1. Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação;

Proj./Atividade: 2017 – Transporte de Estudantes;
Recurso: 1008 – Transporte Escolar (Estado);
3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2024 – Manut.e Desenv.do Ensino Básico;
Recurso: 20 – Manut.e Desenv.do Ensino – MDE;
3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2077 – Salário Educação FNDE;
Recurso: 1007 – Salário Educação FNDE;
3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2093 – Transporte Escolar União PNATE (INFANTIL.)
Recurso: 1055 – PNATE;
3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2146 – Transp.Escolar União – PNATE (Ens.Médio);
3.3.9.0.33.03.00.00 – Locação de Meios de Transportes;
Recurso: 1055 – PNATE;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Proj./Atividade: 2147 – Transp.Escolar União – PNATE (Ens.Fundam.);
3.3.9.0.33.03.00.00 – Locação de Meios de Transportes;
Recurso: 1055 – PNATE.

21. DA ALTERAÇÃO DE PREÇO E REAJUSTE:

21.1. O contrato originário do presente certame poderá ser alterado unilateralmente, nas mesmas condições contratuais, nas hipóteses previstas no Artigo 124, inciso I, dentro do limite legal, nos termos no artigo 125, da Lei 14.133/2021.

21.2. O preço ajustado poderá ser alterado em caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na Legislação Federal, Estadual ou Municipal, ou pela ocorrência de eventos extraordinários, imprevistos, imprevisíveis e onerosos, devidamente reconhecido em processo administrativo, em observância ao disposto no Artigo 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021.

21.3. No caso da contratação originária do presente certame, que é de prestação continuada, com possibilidade de renovações sucessivas, nos termos da Lei 14.133/2023, em caso de renovação, o valor mensal contratado poderá, mediante requerimento da Contratada, ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observada a periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado.

21.3.1. Em razão da anualidade determinada pela Lei 10.192/2001, é vedado o reajuste com prazos inferiores ou superiores a um ano, sendo que, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, caberá a Administração levar em conta o índice acumulado apenas no último ano, o qual incidirá sobre o valor já atualizado do ajuste e não sobre o valor original do contrato.

21.4. O prazo para resposta aos pedidos decorrentes dos itens “21.2” e “21.3” será de 01 (um) mês, contados, em regra, do protocolo do pedido.

21.4.1. O prazo supra estabelecido poderá, excepcionalmente, ser contado da complementação da documentação, quando o pedido inicialmente apresentado não for instruído com todos os documentos necessários a comprovar o direito da Contratada.

22. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

22.1. A gestão e a fiscalização do objeto ora licitado serão realizadas conforme o disposto do Decreto Municipal nº 4.528 de 08/03/2023, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

22.2. A gestão do contrato originário do presente certame, ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, que em conformidade com o art. 13, do Decreto Municipal 4.528/2023, designou a servidora Amanda Pereira Martins, como Gestor de Contratos, nos termos da Portaria nº 566/2023.

22.3. A fiscalização do contrato, originário deste certame, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que indicou o servidora Lenira Bizarro de Vargas, designada pela Portaria nº 327/2024, em conformidade com o art. 14 do decreto supra referido, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

22.4. Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



22.5. A fiscalização exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.

22.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.

22.7. O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e no respectivo contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

23.1. O Licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

23.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superviniente devidamente justificado;

23.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual;

23.1.8. Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item “23.1.” deste edital as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência por escrito;

23.2.2. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



máximo de 06 (seis) anos;

23.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

23.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item “23.2” deste edital;

23.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

23.6. A aplicação das sanções previstas no item “23.2” deste edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.7. A aplicação da sanção prevista no item “23.2.2”, deste edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.8. Para aplicação das sanções previstas nos itens “23.2.3” e “23.2.4”, deste edital, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.8.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.8.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

23.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

23.10.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

23.10.2. Pagamento da multa;

23.10.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

23.10.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



24.10.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

23.11. A sanção pelas infrações previstas nos itens “23.1.6” e “23.1.10” do presente edital, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

23.12. Serão publicadas na imprensa oficial do órgão licitante, as sanções administrativas previstas nos itens “23.2.3” e “23.2.4” deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br ou, ainda, por petição **protocolizada** dentro do prazo legal, junto ao Setor de Protocolo do Município de Taquari, RS, endereação à pregoeira, observados os prazos legais; e,

24.2.1. A impugnação apresentada por empresa deverá vir assinada pelo representante legal da mesma, instruída com cópia do contrato social/estatuto e suas alterações posteriores se houver, e, se representada por procurador, deverá ser encaminhada cópia do instrumento público ou particular de procuração.

24.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados a pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico** via internet, no endereço indicado no item supra.

24.4. Caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e pela Assessoria Jurídica do município e Controle Interno, quando necessário, responder sobre a impugnação ou esclarecimento, no prazo de até três (03) dias úteis contados da data de recebimento, limitado ao último dia anterior à data de abertura do certame.

24.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

24.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

24.7. As respostas aos pedidos de impugnação e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24.8. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes seu acompanhamento.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



25.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.12. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

25.12.1. A anulação da licitação induz à extinção do contrato;

25.12.2. A anulação da licitação por ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

25.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Taquari para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

25.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no site do Município: www.taquari.rs.gov.br e/ou na Prefeitura Municipal de Taquari, Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16:30h.

25.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.15.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.15.2. ANEXO II - Formulário de Proposta Comercial;

25.15.3. ANEXO III – Planilha de Composição de Custos;

25.15.3. ANEXO IV - Minuta de Contrato;

25.15.4. Os anexos constantes nos subitens anteriores constituem parte integrante e inseparável do presente Edital.

Taquari, 11 de junho de 2024.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA
Secretário Municipal da Fazenda





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

ARQUIVO EM ANEXO



Centro Administrativo Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº
1790 Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000
CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200
E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ANEXO II – FORMULÁRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO Nº 401/2024 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED

A empresa, CNPJ nº, com sede a, nº, município de, CEP, por seu representante legal,, vem apresentar-lhes proposta para prestação dos serviços de transporte escolar, objeto do edital de Pregão Eletrônico 006/2024, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT. ANO	VALOR UNIT. (p/Km rodado)	VALOR TOTAL (estimado)
01	<u>LINHA 01</u> - EMÍLIO SCHENK – OSVALDO BRANDÃO: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	27.360	7,16	195.897,60
02	<u>LINHA 02</u> - COSTA DO CAPIVARA: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	11.800	14,36	169.448,00
03	<u>LINHA 03</u> - AMORAS - JULIO DE CASTILHOS: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	60.000	4,20	252.000,00
04	<u>LINHA 04</u> - PEDRO PEREIRA MACHADO: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	36.600	5,79	211.914,00
05	<u>LINHA 05</u> - JÚLIO DE CASTILHOS: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	44.800	3,11	139.328,00
06	<u>LINHA 06</u> - IAPD – COLÔNIA VINTE: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	6.400	24,25	155.200,00
07	<u>LINHA 07</u> - IAPD – BAIRRO PRAIA: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	8.880	17,95	159.396,00
08	<u>LINHA 08</u> - IAPD – RINCÃO: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	7.140	21,91	156.437,40
09	<u>LINHA 09</u> - IAPD – CAMPO DO ESTADO/PASSO DO SANTA CRUZ: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	8.000	19,74	157.920,00
10	<u>LINHA 10</u> - ALEIXO ROCHA: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	33.000	6,08	200.640,00





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



11	<u>LINHA 11</u> - PEREIRA CORUJA – IBICUÍ – EMILIO SCHENK – ANTONINA: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	7.000	22,49	157.430,00
12	<u>LINHA 12</u> – FAZENDA PEREIRA/ PEREIRA CORUJA: conforme especificações e condições constantes do edital.	KM	26.000	7,45	193.700,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.149.311,00	

- **Anexa a proposta, deverá ser apresentada a(s) planilha(s) detalhada(s), com a discriminação de todos os custos componentes do valor final ofertado, conforme Planilhas de Composição de Custos, Anexo III do edital;**

OBS: Os preços ofertados são considerados completos e abrangem todos os custos operacionais, seguros, taxas, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

Dados Bancários: Banco:xxx – Ag.xxx – Conta:xxxxxxx

Contato: Tel:..... / e-mail:.....

Validade da Proposta: 60 dias.

Prazo e Condições de Execução: Conforme Edital.

Condições de Pagamento: Conforme Edital.

Taquari, de de 2024.

NOME COMPLETO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA





Município de Taquari
Estado do Rio Grande do Sul



ANEXO III – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

**COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO Nº 401/2024 DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED**

ARQUIVO EM ANEXO



Centro Administrativo Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº
1790 Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000
CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200
E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br





ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

**COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO Nº 401/2024 DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SMED**

N..../2024

Pelo presente instrumento particular de contrato, **originário do Pregão Eletrônico nº 006/2024**, o **MUNICÍPIO DE TAQUARI**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.067.780/0001-38, com sede à Rua Osvaldo Aranha, 1790, em Taquari, RS, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 562.144.300-44, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, estabelecida à rua, na cidade de, neste ato representada por, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado em, neste ato denominado CONTRATADA, declaram terem justo e contratado entre si, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

I.1. DO OBJETO:

I.1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de transporte coletivo, para a realização do transporte escolar dos alunos da rede pública no município de Taquari/RS, nas linhas abaixo estabelecidas, nos termos e condições definidos no presente instrumento.

I.2. Das Linhas e Itinerários: As linhas e itinerários que integram a presente contratação serão conforme segue:

I.2.1. LINHA 01: Emílio Schenk / Osvaldo Brandão:

LINHA 01 - EMÍLIO SCHENK / OSVALDO BRANDÃO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 136,8 Km (93,6 km pavimentados e 43,2 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 27.360 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã, Tarde e Noite

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 136,8 x = R\$

Itinerário:

Manhã - Saída às 6h → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário, Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, RS 287, Polícia Rodoviária, Agropecuária Amoras, Lomba do Capão, sentido Morro da Cabrita, Carapuça, estrada que vai para a Saibreira, RS 287, Balneário Nativo, retorna na RS 287, sentido fábrica de vaso, pavilhão Amoras, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, retorna a Pequeno Aprendiz e retorna a garagem.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Tarde e Noite – início às 17h → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, retorna Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, sentido ao pedágio, retorna Policia Rodoviária, Ferro Velho, fabrica de vaso, estrada que vai para a Saibreira, Balneário Nativo, Trevo, Aleixo Rocha, Escola Emílio Schenk, Barão de Antonina, Barão de Ibicuí, e Escola Pereira Coruja, retorna a garagem.

Noite - Saída às 22h → Ônibus

Saída garagem, Pereira Coruja, Ibicuí, Antonina, Emílio Schenk, Aleixo Rocha, Trevo, Balneário Nativo, Fábrica de Vaso, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira, Agro Oliveira, retorna a sentido RS 287, sentido a Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Retorna no pedágio, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Fazenda Pereira, Cemitério dos Barreiros, Retorna a garagem.

I.2.2. LINHA 02: Costa do Capivara:

LINHA 02 - COSTA DO CAPIVARA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 59 (10 km pavimentados e 49 Km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 11.800 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 59 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 8:30 → Ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Aviário Bonanza, Balneário Celminho, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, RS 287, antigo colégio Trajano de Moraes, Cantão, Agro Oliveira, Arroio Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro velho, Pequeno Aprendiz, retorna a garagem.

Saída garagem, Costa do Capivara, atravessa a RS 287, antigo colégio Trajano de Moraes, Cantão, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Pequeno Aprendiz, Retornando a garagem.

I.2.3. LINHA 03: Amoras / Júlio de Castilhos:

LINHA 03 - AMORAS / JULIO DE CASTILHOS

Carro: Micro-ônibus

Total de km diário: 300 (06 km pavimentados e 294 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 60.000 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã, Meio dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 300 x = R\$

Itinerário:





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Manhã - Saída às 5h30min → Micro-ônibus

Saída da garagem da Empresa, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Pedro Pereira Machado, Apiário, RS287, Pavilhão São João Batista, Retorno, Fábrica de Vasos, Balneário Nativo, Trevo Taquari, Divisa Taquari com Tabaí, Retorno sentido Trevo-Balneário Nativo, entra Carapuça, Povoado de Júlio de Castilhos, Granja São Francisco, Retorno, Capela Santa Rita, Escola Julio de Castilhos, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Tambo de Leite, Saibreira, EMEI Pequeno Aprendiz, Granja Bonanza, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Fazenda Pereira, Retorno, Costa do Capivara, RS287, Policia Rodoviária, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno Escola Estadual Barão de Antonina, EMEF Emílio Schenk, APAE, EMEF Osvaldo Pereira Brandão, Escola Estadual Barão de Ibicuí, Escola Pereira Coruja, Garagem.

Meio-dia - Saída às 11:30 min → Micro-ônibus

Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Barão de Ibicuí, EMEF Osvaldo Pereira Brandão, APAE, EMEF Emílio Schenk, Escola Estadual Barão de Antonina, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Policia Rodoviária, RS287, Costa do Capivara, Fazenda Pereira, Retorno, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, Granja Bonanza, EMEI Pequeno Aprendiz, Saibreira, Tambo de Leite, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Escola Julio de Castilhos, Capela Santa Rita, Granja São Francisco, Retorno, Povoado de Júlio de Castilhos, entra Carapuça sentido Trevo-Balneário Nativo, Divisa Taquari com Tabaí, Retorno, Trevo Taquari, Balneário Nativo, Fábrica de Vasos, Retorno, Pavilhão São João Batista, Apiário-RS287, EMEF Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Garagem da Empresa.

Tarde - Saída às 17:30 min → Micro-ônibus

Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Barão de Ibicuí, EMEF Osvaldo Pereira Brandão APAE, EMEF Emílio Schenk, Escola Estadual Barão de Antonina, Escola Timótheo Junqueira dos Santos, Retorno, Rincão São José, Arroio do Potreiro, Agro Oliveira, EMEF Escola Pedro Pereira Machado, Ferro Velho, Policia Rodoviária, RS287, Costa do Capivara, Fazenda Pereira, Retorno, Fazenda Aurora, Costa do Capivara, Granja Bonanza, EMEI Pequeno Aprendiz, Saibreira, Tambo de Leite, Posto de Saúde de Júlio de Castilhos, Escola Julio de Castilhos, Capela Santa Rita, Granja São Francisco, Retorno, Povoado de Júlio de Castilhos, entra Carapuça, sentido Trevo-Balneário Nativo, Divisa Taquari com Tabaí, Retorno, Trevo Taquari, Balneário Nativo, Fábrica de Vasos, Retorno, Pavilhão São João Batista, Apiário, RS287, EMEF Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão São José, Garagem da Empresa.

1.2.4. LINHA 04: Pedro Pereira Machado:

LINHA 04 - PEDRO PEREIRA MACHADO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 183 (42,4 km pavimentados e 140,6 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 36.600 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 183 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 11h → Ônibus





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Sai da garagem da empresa, passa por: Rincão São José, Arroio do Potreiro, Escola Pedro Pereira Machado, EMEI Pequeno Aprendiz, Cerro dos Kern, Divisa Bom Retiro/Taquari, Escola Olmiro Gomes de Moraes, Ponte do Capivara, Depósito de Pedras (Dilinho), Retorna, RS 287, Polícia Rodoviária, Escola Pedro Pereira Machado, Retorno EMEI Pequeno Aprendiz, Júlio de Castilhos (Referência Saibreira), Retorna, Barcelos (saída Borracharia Vanderlei), Faixa, Antigo Salão da Terezinha, RS 287, Escola Pedro Pereira Machado.

Tarde – Saída às 16h30min → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Escola Dom Pedro I, entra Barcelos (vai até o Bar Garcia), Balneário Nativo, Trevo, Volta para a Escola Pedro Pereira Machado.

Saída às 17h30min → Ônibus

Sai da Escola Pedro Pereira Machado, RS 287 (até Trevo), volta entrada Barcelos (referência Borracharia Vanderlei), Júlio de Castilhos (referência Saibreira), Retorna, EMEI Pequeno Aprendiz, BR 287, Engenho Queimado, Beira do Rio, Retorna, BR 287, Escola Trajano Ribeiro de Moraes, Fumeiros, Taquareiras (referencia Cantão dos Catarina), Arroio do Potreiro.

I.2.5. LINHA 05: Júlio de Castilhos:

LINHA 05 - JÚLIO DE CASTILHOS

Carro: Van

Total de km diário: 224 (27,40 km pavimentados e 196,6 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 44.800 Km

Itinerário pedagiado

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 224 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Van

Sai da garagem da empresa, passa por: Aleixo Rocha, Carapuça, Barcelos, Escola Júlio de Castilho, BR 386 (referência Pedágio), Retorna BR 386, Escola Júlio de Castilho, Fazenda dos Porto (referencia João Garcia), Capão da Cruz, Escola Júlio de Castilho.

Meio-dia – Saída às 12h → Van

Sai da Escola Júlio de Castilho, passa por: Entrada Fazenda dos Porto, Capão da Cruz, Amoras, Balneário Nativo, Barcelos (referencia Borracharia do Vanderlei), Júlio de Castilhos (referencia Cemitério), Escola Júlio de Castilhos, BR 386 (referencia Posto do Rosinha), Retorna, BR 386 (referencia Pedágio), Escola Júlio de Castilhos, Bom Jardim, Retorna BR 386 (Pedágio), Passo do Juncal, Trevo de Paverama, Retorna, Escola Júlio de Castilhos.

Tarde – Saída às 17h → Van

Sai da Escola Júlio de Castilho, povoado, Fazenda dos Porto (referencia João Garcia), volta para a Escola Júlio de Castilhos, Bom Jardim, BR 386, Rosinha, Pegágio, Trevo de Paverama, Retorna para a Escola Júlio de Castilhos.

I.2.6. LINHA 06: IAPD / Colônia Vinte:





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



LINHA 06 - IAPD - COLÔNIA VINTE

Carro: Ônibus

Total de km diário: 32,0 (9 km pavimentados e 23 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 6.400 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 32 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Ônibus

Sai da garagem às 06h e passa às 7:10h em frente a Água na Boca, passando por: Av. Lautert Filho, Tinguité (referencia Fábrica de Sorvete), Rua 20 de Setembro (referencia Açougue Bom Corte), Rua Otto Hauck, Rua Orfelino Bizarro Martins, Reciclagem Boldan, Pinheiros, Arroio das Pedras, IAPD, as 7:45h.

Tarde - Saída às 16h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Arroio das Pedras, Pinheiros, Reciclagem Boldan, Rua Orfelino Bizarro Martins, Rua Otto Hauck, Rua 20 de Setembro (referencia Açougue Bom Corte), Av. Lautert Filho, Tinguité (referencia Fábrica de Sorvete), Av. Lautert Filho, Frente a Padaria Água na Boca, Garagem- as 18h

I.2.7. LINHA 07: IAPD / Bairro Praia:

LINHA 07 - IAPD – BAIRRO PRAIA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 44,40 (20,6 km pavimentados e 23,8 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 8.880 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 44,40 x = R\$

Itinerário:

Manhã - Saída às 6h → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Bairro Praia (referencia Rua Antônio Porfírio da Costa), Bairro Caieira, Bairro Passo da Aldeia (referencia Rua Acacília Capelão Peres), Bairro Coqueiros (referencia Av. Açorianos), Farrapos, Casas Populares, IAPD.

Tarde - Saída às 17h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Casas Populares, Farrapos, Bairro Coqueiros (referência Avenida Açorianos), Bairro Passo da Aldeia (referencia Rua Acacília Capelão Peres), Bairro Caieira, Bairro Praia.

I.2.8. LINHA 09: IAPD / Rincão:



Centro Administrativo Celso Luiz Martins - Rua Osvaldo Aranha, nº

1790 Bairro Centro – Taquari – RS – CEP: 95.860-000

CNPJ: 88.067.780/0001-38 – Fone (51) 3653-6200

E-mail: dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



LINHA 08 - IAPD – RINCÃO

Carro: Ônibus

Total de km diário: 35,7 (13 km pavimentados e 25,70 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 7.140 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã e Tarde

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 35,7 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 07h → Ônibus

Sai da garagem da empresa, às 7:10h passa por: Campos Romeiro, Cemitério dos Almeidas, Caixa d água, Igreja Nossa Senhora das Graças, Rincão, Mercado Frizzo, Motel 2001, Rua Otho Hauck, Ibrasa, Pinheiros (referência Lixão), Vinuca, IAPD.

Tarde - Saída às 17h → Ônibus

Sai do IAPD, passa por: Vinuca, Bairro Pinheiros (referência Lixão), Ibrasa, Rua Otho Hauck, Motel 2001, Mercado Frizzo, Rincão, Igreja Nossa Senhora das Graças, Caixa d água, Cemitério dos Almeidas, Campo Romeiro, Garagem Empresa- 18h30min.

I.2.9. LINHA 09: IAPD / Campo do Estado / Passo do Santa Cruz:

LINHA 09 - IAPD – CAMPO DO ESTADO / PASSO DO SANTA CRUZ

Carro: Ônibus

Total de km diário: 40,0Km (9 km pavimentados e 31 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 8.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Noite (retorno de alunos para residência)

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 40 x = R\$

Itinerário:

Noite - Saída às 22h50min → Ônibus

Sai da garagem da empresa, passa por: Escola Pereira Coruja, Escola Barão do Ibicuí, Escola Ana Job, Escola Emílio Schenk, Avenida Farrapos, Arrozeiros, Esquina do Zequinha, Passo do Santa Cruz, Volta Arrozeiros, Porto Grande, Aviário, Fazenda Lengler, Asilo Pella Bethânia, Avenida Farrapos, Campo do Estado, Arroio das Pedras, Final da Linha Garagem.

I.2.10. LINHA 10: Aleixo Rocha:

LINHA 10 - ALEIXO ROCHA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 165 (156 km pavimentados e 9 km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 33.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 165 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6:20h → Ônibus

Aleixo Rocha, Figueira Aleixo, Schneider, antes CT Pinheiros, Loteamento Bastos sentido Rincão, Cemitério dos Almeidas, Caixa D'água, Rincão, Mercado Miro, Motel 2001, Escola Darcy Ribeiro, Escola Emílio, Casa da Criança, Barbieri, Escola Osvaldo, Escola Barão de Ibicuí, Centro, Escola Pereira Coruja, Escola Estadual Nardy, Lar São José.

Meio-dia – Saída às 11:50h → Ônibus

Escola Pereira Coruja, Lar São José, Nardy, Ibicuí, Osvaldo, Barbieri, Mercado São Francisco, Emílio, Mercado Frizzo, Mercado Miro, Caixa D'água, Cemitério dos Almeidas, Loteamento dos Bastos, Aleixo Rocha, Carapuça, Emílio, Osvaldo, Pereira Coruja, Lar, Escola Nardy.

Tarde – Saída às 17:00h → Ônibus

Pereira, Lar, Nardy, Ibicuí, Osvaldo, Barbieri, Casa da Criança, Mercado São Francisco, Escola Emílio Schenk, Escola Darcy Ribeiro, Mercado Frizzo, Mercado Miro, Caixa D'água, Cemitério dos Almeidas, Loteamento dos Bastos, Aleixo Rocha, Loteamento São José, São Francisco, Real do Marcio, Léo, Posto de Saúde, Emílio, Ibicuí, Pereira Coruja 19:00.

I.2.11. LINHA 11: Pereira Coruja / Ibicuí / Emílio Schenk / Antonina:

LINHA 11 - PEREIRA CORUJA / IBICUÍ / EMILIO SCHENK / ANTONINA

Carro: Ônibus

Total de km diário: 35 km (25Km pavimentados e 10Km não pavimentados)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 7.000 Km

Itinerário sem pedágio

Turno: Noite (Retorno das escolas para casa)

Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 35 x = R\$

Itinerário:

Noite - Saída às 22h → Ônibus

Saída da Garagem, Emilio Schenk, Antonina, Tinguité, Pereira Coruja, Osvaldo Aranha, Ibicuí, Mercado Via 2, Campo Romeiro, Elétrica do Zezinho, Boa Vista, Cemitério dos Almeidas, Rincão Caixa D'água, Menezes Costa, Rincão de Dentro, Santuário, Tk 21, Timóteo Junqueira, Campo do Juventude, Lancheria Sabor Caseiro e retorna para garagem.

I.2.12. LINHA 12: Fazenda Pereira / Pereira Coruja:

LINHA 12 - FAZENDA PEREIRA / PEREIRA CORUJA

Carro: Micro-ônibus

Total de km diário: 130 (43Km pavimentados 87Km não pavimentado)

Dias letivos: 200

Total de km ano: 26.000 Km

Itinerário pedagógico

Turno: Manhã, Meio-dia e Tarde





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



Valor do quilômetro rodado: R\$

Valor diário: 130 x = R\$

Itinerário:

Manhã – Saída às 6h → Micro-ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, Abelheiro, Fábrica de vaso, RS 287, Agopecuária Amoras, Pequeno Aprendiz, Costa do Capivara, Fazenda Aurora, Cerro dos Kern, Desvio do Pedágio, Fazenda Pereira, retorna RS 287, Pedágio entra à direita sentido à Agro Oliveira, retornando a RS 287, sentido à Polícia Rodoviária, Ferro Velho, retornando sentido Polícia Rodoviária, Pedágio, Fazenda Pereira, Escola Álvaro Haubert, Retorna Garagem.

Meio-dia – Saída às 12h → Micro-ônibus

Saída da garagem, Rincão, Arroio Potreiro, Agro Oliveira, Escola Pedro Pereira Machado, RS 287, rota da Polícia Rodoviária, antiga Fábrica de Lençol, retorna Polícia Rodoviária, Ferro Velho, Escola Pedro Pereira Machado, Agro Oliveira, Arroio do Potreiro, Rincão, Escola Pereira Coruja, Retorno Garagem.

Tarde – Saída às 17h → Micro-ônibus

Saída da garagem, destino à Escola Álvaro Haubert, retorno À RS 287, Pedágio, Polícia Rodoviária, Ferro Velho, Fábrica de Vaso, Balneário Nativo, Retorna.

I.3. Das orientações gerais: A execução do objeto seguirá o disposto neste instrumento, observado o seguinte:

I.3.1. O serviço de transporte escolar ora contratado destina-se a atender aos alunos matriculados nas Escolas Públicas Estaduais e Municipais do Município de Taquari, RS.

I.3.2. A execução do transporte escolar dar-se-á de acordo com calendário escolar, sendo que não excederá à 200 dias letivos por ano.

I.3.3. As linhas 01 a 08 e as linhas 10 e 12 necessitarão de monitor para acompanhamento dos estudantes durante todo o itinerário, sendo que os profissionais necessários serão disponibilizados pelo Município, não representando ônus às empresas contratadas.

I.3.4. As linhas e itinerários ora contratados são flexíveis, podendo a SMED fazer todas as alterações necessárias, a fim de atender, satisfatoriamente, os alunos da rede pública municipal e estadual, em razão de eventuais transferências e/ou novas matrículas que podem ocorrer durante o ano letivo;

I.3.5. A contratada deverá manter um veículo reserva com as mesmas características para substituição em eventuais falhas mecânicas.

I.3.6. É vedado o transporte de passageiros que não sejam estudantes, salvo de acompanhantes para assistência aos alunos quando comprovada sua necessidade e expressamente autorizado pela Administração, ou de monitores ou auxiliares para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

II. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

II.1. Do Prazo de Execução:

II.1.1. O prazo para início da prestação dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados da assinatura deste contrato, que deverá ser executado conforme calendário escolar anual, não





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ultrapassando 200 dias letivos em cada ano escolar.

II.2. Da Vigência:

II.2.1. O presente contrato vigorará pelo período de até 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser renovado, conforme o disposto no art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

III. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

III.1. A prestação de Serviço deverá obedecer ao seguinte:

III.1.1. Em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato, as empresas contratadas deverão apresentar ao fiscal anuente do contrato, os documentos e comprovações abaixo relacionadas.

III.1.1.1. Quanto aos veículos:

a) Certificado de propriedade do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) nos serviços ou, no caso de veículo locado, contrato de locação registrado em cartório, com a capacidade mínima exigida para a linha contratada;

b) Comprovante de contratação do seguro obrigatório;

c) Demonstrar que somente operará com veículos que tenham condições de circulação e atendam às normas vigentes, no tocante a condução coletiva de escolares;

d) Autorização para cada veículo circular como condução coletiva de escolares, emitida pelo órgão ou entidades executivas de trânsito competentes; (art.136 do CTB)

e) Os veículos não poderão ter mais do que 17 (dezesete) anos, contado do ano de fabricação, sendo que:

e.1) Para o transporte de linhas que necessitam de ônibus, os mesmos não poderão ter menos do que 45 (quarenta e cinco) lugares.

e.2) E, para os itinerários que serão feitos por micro-ônibus, os mesmos não poderão ter menos de 25 (vinte e cinco) lugares.

e.3) Deverá ser respeitada a quantidade de crianças e alunos equivalentes ao número de assentos disponíveis em cada veículo.

e.4) Os veículos deverão ter em local visível a inscrição da lotação permitida, não podendo ultrapassar a capacidade estabelecida pelo fabricante;

f) Os veículos deverão dispor de todos os equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

III.1.1.2. Quanto aos condutores:

a) Indicação do(s) motorista(s) que executarão os serviços, acompanhado da comprovação de vínculo empregatício, através de apresentação da Carteira de Trabalho, devidamente assinada pela empresa, ou no caso de proprietário ou sócio da empresa, o contrato social

b) Cópia da carteira (CNH) do(s) motorista(s), que:

b.1) deverá ter idade superior a vinte e um anos;

b.2) ser habilitado na categoria "D";

b.3) apresentar-se devidamente uniformizado para a jornada de trabalho;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



c) Apresentar certificado de conclusão de curso especializado de condução de transporte escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco (Art. 138, V e Art. 145, IV do CTB e Resoluções do CONTRAN nº 55 e 57/98);

d) Apresentar documento expedido pelo DETRAN que comprove não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

e) Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (Art. 329 do CTB);

f) Apresentar Atestado da Avaliação Psicológica do motorista, emitido por profissional competente, com aprovação para transporte escolar.

III.1.2. Sempre que houver substituição de motoristas e/ou veículos, os substitutos deverão obedecer aos mesmos critérios exigidos no Edital, devendo a empresa contratada comunicar formalmente o Contratante, apresentando juntamente a documentação exigida.

III.1.3. A administração poderá requerer a substituição dos motoristas caso os mesmos recebam três advertências, emitidas pelos fiscais do contrato, em virtude de denúncias e/ou reclamações, devidamente apuradas e comprovadas pela Administração, ou posturas não condizentes com a execução dos serviços contratados, bem como a imediata substituição em casos graves.

III.1.4. A Contratada obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nos serviços ora contratados, a legislação social pertinente, especialmente as obrigações da legislação trabalhista e previdenciária, **nenhum vínculo ou responsabilidade existindo em relação ao Município.**

III.1.5. O não atendimento do estabelecido no item “III.1.1.1.” e “III.1.1.2”, será considerado descumprimento das cláusulas contratuais e poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, ficando a empresa sujeita as penalidades cabíveis.

III.1.6. Todos os documentos solicitados no presente instrumento deverão se manter atualizados.

III.2. Além das exigências elencadas no item “III.1.” e seus subitens, a empresa contratada deverá observar, no que couber, o disposto na Lei Municipal nº 4.624/2022, alterada pela Lei Municipal nº 4.715/2023, que dispõe sobre o serviço remunerado de condução coletiva de escolares.

CLÁUSULA QUARTA

IV. DAS OBRIGAÇÕES:

IV.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

IV.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

IV.1.2. Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários para a prestação dos serviços, objeto do presente certame;

IV.1.3. Determinar, através do fiscal anuente do contrato, todas as condições para a execução do objeto contratado;

IV.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, por meio do





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



fiscal anuente designado, notificando a Contratada por escrito, sempre que se verificar imperfeições, falhas e/ou irregularidades na execução do objeto, determinando prazo para regularização;

IV.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

IV.2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações do presente instrumento, edital de origem e seus anexos, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, com a alocação dos serviços necessários ao perfeito cumprimento das Cláusulas Contratuais;

IV.2.2. Observar durante a execução dos serviços ora contratados todas as normativas e legislações que regem os serviços de condução coletiva de escolares, em especial o CTB e a Lei Municipal nº 4.624/2022, alterada pela Lei Municipal nº 4.715/2023;

IV.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078 de 1990), ficando a Contratada autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondentes aos danos sofridos,

IV.2.4. Reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas quando da execução do objeto;

IV.2.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato para terceiros;

IV.2.6. Atender com prontidão as reclamações por parte do receptor dos serviços e do fiscal-anuente do contrato, referente ao objeto contratado;

IV.2.7. Comunicar, imediatamente e por escrito, à Secretaria de Educação, através do fiscal-anuente do contrato, qualquer anormalidade, inclusive de ordem funcional, para providenciar as regularizações necessárias;

IV.2.8. Apresentar os veículos sempre em bom estado de conservação, limpos, higienizados e com adequados equipamentos de segurança (tacógrafo, cinto de segurança, sinalização e certificados de vistoria, etc), em conformidade com a legislação de trânsito vigente;

IV.2.9. Providenciar, no prazo máximo de 40(quarenta) minutos, o imediato reparo ou substituição do(s) veículo(s), em caso de ocorrências de acidentes, avarias, falhas nos percursos, retenção do veículo por autoridade competente ou qualquer outra condição que prejudique a conclusão da linha. Optando pela substituição do veículo, deverá ser disponibilizado outro com características idênticas ou superiores ao original, observados os requisitos de conforto e segurança.

IV.2.10. Comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 24h, quando houver troca de motorista/substituição de veículo de uma das linhas, apresentando a documentação exigida no item “III.1.1”.

IV.2.11. Prestar os serviços, com pessoal próprio, utilizando profissionais especializados e em número suficiente para o fiel cumprimento do contrato;

IV.2.12. Apresentar os empregados devidamente uniformizados, com cracha de identificação, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



IV.2.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, uniformes, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, isentando integralmente o Município.

IV.2.14. Responsabilizar-se, pela segurança, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos mesmos ao Contratante ou a terceiros na execução do contrato;

IV.2.15. Responsabilizar-se e zelar pelos estudantes em todos os itinerários objeto da presente contratação;

IV.2.16. Conduzir os alunos somente nos trajetos contratados, salvo por autorização por escrito da Contratante, cumprindo rigorosamente os horários estabelecidos;

IV.2.17. Tratar com cortesia os alunos, os agentes de fiscalização do Contratante, bem como todos os envolvidos na execução dos serviços;

IV.2.18. Assumir as responsabilidades inerentes às atividades de transporte de passageiros, inclusive arcando com as despesas decorrentes de eventuais acidentes, danos pessoais, multas e outras que venham a ocorrer relacionadas à execução do objeto do contrato;

IV.2.19. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidentes ou de ocorrências graves, e se necessário, acionar a polícia militar, civil ou federal e corpo de bombeiros, bem como comunicar a Administração o destino ou origem dos estudantes.

IV.2.20. Observar o cumprimento da Lei nº 8.723/1993 e suas alterações, bem como de Resoluções do CONAMA, no que se refere à emissão de ruídos e poluentes por veículos automotores.

IV.2.21. Cumprir, ao longo de toda a execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

IV.2.22. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento do disposto no item supra, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

IV.2.23. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme art.48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

IV.2.24. Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação apresentadas para habilitação;

IV.2.25. A empresa contratada fica proibida de criar ônus, seja por taxas, serviços ou encargos não previstos na legislação e não autorizados expressamente pelo contratante.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



CLÁUSULA QUINTA

V. DAS GARANTIAS:

V.1. Garantia de execução:

V.1.1. Não houve exigência de garantia de execução contratual para a presente contratação, nos termos do edital de origem.

V.1. Garantia dos Serviços:

V.1.1. Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA

VI. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VI.1. O valor do presente contrato totaliza a importância anual de R\$ (.....), sendo os valores por linha contratada o discriminado abaixo:

VI.1.1. R\$(.....), por quilômetro rodado, perfazendo o total de R\$ (.....) por dia pela linha

VI.1.2. R\$(.....), por quilômetro rodado, perfazendo o total de R\$ (.....) por dia pela linha

....

VI.2. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da aprovação e liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal-anuente do contrato, por intermédio da Tesouraria do Município, observados os itens seguintes:

VI.2.1. Para liberação do pagamento as empresas contratadas deverão apresentar, mensalmente, ao Fiscal Anuente do contrato os documentos a seguir especificados:

VI.2.1.1. A nota fiscal dos serviços, visada pelo fiscal anuente do contrato, acompanhada de relatório de viagem, contendo os dias e controle de frequência dos alunos transportados

VI.2.1.2. Comprovação de recolhimento do FGTS e RE (relação de empregados), guia de recolhimento da Previdência Social e cópia da Folha de pagamento.

VI.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho, do contrato e do processo de origem, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

VI.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores poderão ser corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a Contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

VI.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA

VII. DAS RETENÇÕES:

VII.1. Estará sujeito às retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



a matéria.

CLÁUSULA OITAVA

VIII. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

VIII.1. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

VIII.1.1. Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação;

Proj./Atividade: 2017 – Transporte de Estudantes;

Recurso: 1008 – Transporte Escolar (Estado);

3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2024 – Manut.e Desenv.do Ensino Básico;

Recurso: 20 – Manut.e Desenv.do Ensino – MDE;

3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2077 – Salário Educação FNDE;

Recurso: 1007 – Salário Educação FNDE;

3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2093 – Transporte Escolar União PNATE (INFANTIL.)

Recurso: 1055 – PNATE;

3.3.9.0.33.03.00 – Locação de Meios de Transporte.

Proj./Atividade: 2146 – Transp.Escolar União – PNATE (Ens.Médio);

3.3.9.0.33.03.00.00 – Locação de Meios de Transportes;

Recurso: 1055 – PNATE;

Proj./Atividade: 2147 – Transp.Escolar União – PNATE (Ens.Fundam.);

3.3.9.0.33.03.00.00 – Locação de Meios de Transportes;

Recurso: 1055 – PNATE.

CLÁUSULA NONA

IX. DA ALTERAÇÃO DE PREÇO E DO REAJUSTE:

IX.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente, nas mesmas condições contratuais, nas hipóteses previstas no Artigo 124, inciso I, dentro do limite legal, nos termos no artigo 125, da Lei 14.133/2021.

IX.2. O preço ajustado poderá ser alterado em caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de modificação dos encargos considerados na composição dos preços, ditada por alteração na Legislação Federal, Estadual ou Municipal, ou pela ocorrência de eventos extraordinários, imprevistos, imprevisíveis e onerosos, devidamente reconhecido em processo administrativo, em observância ao disposto no Artigo 124, II, “d”, da Lei 14.133/2021.

IX.3. No caso da presente contratação originária do presente certame, que é de prestação continuada, com possibilidade de renovações sucessivas, nos termos da Lei 14.133/2023, em caso de renovação, o valor mensal contratado poderá, mediante requerimento da Contratada, ser reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observada a periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado.

IX.3.1. Em razão da anualidade determinada pela Lei 10.192/2001, é vedado o reajuste com prazos inferiores ou superiores a um ano, sendo que, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, caberá a Administração levar em conta o índice acumulado apenas no último





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



ano, o qual incidirá sobre o valor já atualizado do ajuste e não sobre o valor original do contrato.

IX.4. O prazo para resposta aos pedidos decorrentes dos itens “IX.2” e “IX.3” será de 01 (um) mês, contados, em regra, do protocolo do pedido.

IX.4.1. O prazo supra estabelecido poderá, excepcionalmente, ser contado da complementação da documentação, quando o pedido inicialmente apresentado não for instruído com todos os documentos necessários a comprovar o direito da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA

X. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

X.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas conforme o disposto do Decreto Municipal nº 4.528 de 08/03/2023, nos termos da Lei Federal nº14.133/2023.

X.2. A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, que em conformidade com o art. 13, do Decreto Municipal 4.528/2023, designou a servidora Amanda Pereira Martins, como Gestor de Contratos, nos termos da Portaria nº 566/2023.

X.3. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que indicou a servidora Lenira Bizarro de Vargas, designado pela Portaria nº 327/2024, em conformidade com o art. 14 do decreto supra referido, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

X.4. Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

X.5. A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.

X.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

XI - DAS SANÇÕES:

XI.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

XI.1.1. Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;

XI.1.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

XI.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superviniente devidamente justificado;

XI.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

XI.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

XI.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



XI.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual;

XI.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XI.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013

XI.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item “XI.1.” deste instrumento as seguintes sanções:

XI.2.1. Advertência por escrito;

XI.2.2. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

XI.2.3. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

XI.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

XI.3. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

XI.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no item “XI.2” deste instrumento;

XI.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

XI.6. A aplicação das sanções previstas no item “XI.2” deste instrumento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

XI.7. A aplicação da sanção prevista no item “XI.2.2”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

XI.8. Para aplicação das sanções previstas nos itens “XI.2.3” e “XI.2.4”, deste instrumento, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

XI.8.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

XI.8.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



XI.9. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XI.10. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

XI.10.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

XI.10.2. Pagamento da multa;

XI.10.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

XI.10.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

XI.10.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

XI.11. A sanção pelas infrações previstas nos itens “XI.1.6” e “XI.1.10” do presente instrumento, exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

XI.12. Serão publicadas na imprensa oficial do órgão Contratante, as sanções administrativas previstas nos itens “XI.2.3” e “XI.2.4” deste instrumento, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

XII. DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

XII.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

XII.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I, do art. 138, da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Primeira;

XII.1.2. Consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

XII.2. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo, assegurado à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

XII.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115, da Lei nº 14.133/2021.

XII.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

XII.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;





Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul



XII.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

XII.4.3. Indenizações e multas.

XII.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

XII.5.1. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do Limite permitido pelo art. 125, da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

XIII. DA VINCULAÇÃO:

XIII.1. O presente contrato vincula-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2024, processado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária da Lei Complementar 123/2006, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

XIV. DOS CASOS OMISSOS:

XIV.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

XV. DA PUBLICAÇÃO:

XV.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa oficial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.420/2012, bem como sua integralidade, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

XVI. DO FORO:

XVI.1. As partes elegem o foro de Taquari, RS, para dirimir as questões porventura derivadas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais abaixo assinadas.

Contratante

Contratada

Fiscal Anuente

TESTEMUNHAS:

